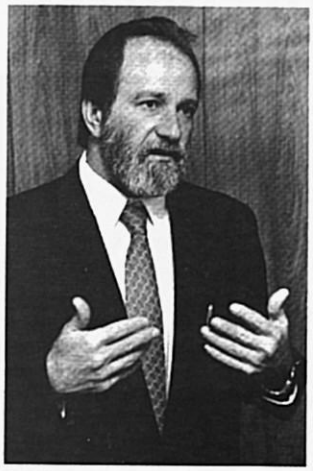
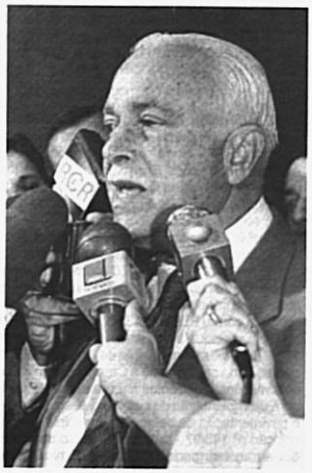
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 589 – Brasília, terça-feira, 18 de novembro de 1997





Para Osmar, investir na produção é a saída. Melo elogia a "reação forte" do governo, que Coutinho considera "o possível para o momento". ACM já pensa propor emenda para o IR

Osmar, Melo e Coutinho comentam pacote. ACM pensa em emendar IR

Em dia de debate no plenário, dois senadores defendem medidas econômicas e um sugere investimentos em setores de curta maturação. Presidente do Senado considera "insuficiente" a decisão do governo de ampliar o limite de deduções

O pacote econômico foi o tema dominante ontem no plenário. O senador Geraldo Melo considerou "irretocável" a posição do governo brasileiro ao lançar o conjunto de medidas fiscais. O senador Coutinho Jorge resumiu dessa forma o pacote: "O governo tomou, se não a ideal, a decisão possível no momento". Já o senador Osmar Dias propôs duas medidas que, a seu ver, evitarão que o país "continue dependendo" do que ocorrer na Coréia, Hong Kong, Estados Unidos ou Europa: investir mais na agricultura e em empreendimentos de curta maturação, como a agroindústria. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou sua intenção de apresentar emenda acabando com o aumento de 10% do IR da pessoa física. **Páginas 4 e 5**

Kleinübing é um dos autores do projeto de resolução

Pode ser votado hoje projeto que reduz o endividamento

Projeto de resolução que obriga estados e municípios a comprovarem o uso no pagamento da dívida de 75% do dinheiro obtido com a venda de suas estatais deverá ser apreciado hoje pelo plenário do Senado. **Página 3**

Jogo de azar terá audiência pública

CCJ ouve em audiência esta manhã quatro ministros sobre projeto da Câmara que prevê a legalização de jogos de azar. A reunião será presidida pelo senador Bernardo Cabral. **Página 3**

Jucá contra discriminação de anistiados

Senador pede aprovação de projeto de sua autoria que proíbe a prática da discriminação de servidores anistiados. Pág. 2

Comissões aprovam e projetos vão à Câmara

O Senado encaminhou à Câmara dos Deputados quatro projetos aprovados terminativamente por comissões. Um deles acaba com o regime especial de aposentadoria dos juízes classistas. **Página 8**

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Antonio Carlos Magalhães

10h - Recebe o deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados
11h - Reunião com líderes partidários do Senado Federal
11h30 - Recebe Ricardo Cappelli, presidente da UNE
15h20 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 25/97 - altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF); segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *Requerimento nº 927/97 - solicita a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as emendas de plenário apresentadas ao PLS nº 142/95 - tramita em conjunto com o PLS nº 143/95, por encontrar-se esgotado o prazo daquela comissão; *Projeto de Resolução nº 132/97 - autoriza o município de Linhares - ES a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município; *Projeto de Resolução nº 143/97 - autoriza o estado do Rio Grande do Sul a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos, apurados em 28 de fevereiro de 1997; e *Projeto de Resolução nº 144/97 - autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao consórcio formado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, no valor equivalente a até oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta dólares norte-americanos e nove centavos, de principal, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Reaparelhamento da Marinha Brasileira

COMISSÕES
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Audiência pública para instrução do *PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar. Participação dos ministros de Estado da Justiça, da Indústria, Comércio e Turismo, do Trabalho e da Fazenda; e também do senhor Ciro Batelli. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*
17h - CPI Mista do Trabalho Infantil
Pauta: Assuntos relacionados ao relatório preliminar e discussão da prorrogação da comissão. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*
17h30 - Comissão de Relações Exteriores
Pauta: *Mensagem nº 179/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Bernardo Pericás Neto, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Paraguai; *Mensagem nº 178/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Helder Martins de Moraes, ministro de primeira classe, do quadro especial, da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique; e *Mensagem nº 185/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Guilherme Fausto da Cunha Bastos, ministro de segunda classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*
9h às 18h - Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública
Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública
9h - Abertura
9h30 - 1º Painel - "Um Novo Modelo de Segurança Pública"
Conferencista: Iris Rezende - ministro da Justiça
Debatedores: senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e Paulo Lopo Saraiva (conselheiro federal da OAB)
14h30 - 2º Painel - "O Policial e os Direitos Humanos"
Conferencista: deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE)
Debatedores: senador Ademir Andrade (PSB-PA) e deputado federal Luís Eduardo Greenhalg (PT-SP). *Auditório Petrônio Portella*
9h - Seminário "A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares", promovido pela Secretaria de Comunicação Social. *Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO
Quarta-feira (19.11.97)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 25/97 - altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidas pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PLS nº 25/97 - cria o Fundo de Terras; *PDL nº 8/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Jornais do Ceará S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, estado do Ceará; *PDL nº 9/97 - aprova o ato que renova a permissão da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu (Rádio Municipal de Quedas do Iguaçu) para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná; *PDL nº 29/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, estado do Paraná; e *PDL nº 30/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Americana, estado de São Paulo
Quinta-feira (20.11.97)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente - Será dedicado a comemorar o Dia do Zumbi dos Palmares
Oradores inscritos: Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, José Roberto Arruda e Francelino Pereira
Pauta: *PLC nº 43/96 - dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados; e quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

COMISSÕES
Quarta-feira (19.11.97)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; *PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e *PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*
9h às 18h - Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública
Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública
9h - Designação das comissões temáticas e leitura do Regimento Interno
9h30 - Início das quatro oficinas (salas individuais)
14h30 - Apresentação dos relatórios pelos coordenadores das comissões temáticas
15h30 - Sessão plenária (debates). Definição de um documento final
17h30 - Leitura da Carta de Brasília
18h - Coquetel de encerramento

ESPECIAL
12h - Solenidade em comemoração ao Dia da Bandeira. *Em frente ao Congresso Nacional*
Quinta-feira (20.11.97)
10h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 14/96 - dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; *PLS nº 54 - dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 263/95 - dispõe sobre a educação à distância; *PLS nº 16/97 - dispõe sobre a adoção de bibliografia para os concursos vestibulares nas instituições de ensino superior; *PLS nº 230/96 - inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e *PLS nº 126/97 - dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos

Jucá combate discriminação de servidor anistiado

O senador Romero Jucá (PFL-RR) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que adote providências urgentes visando evitar que servidores públicos anistiados continuem sendo discriminados por parte da própria administração federal. Jucá disse que "órgãos do Poder Executivo vêm praticando toda sorte de discriminação contra esses servidores, tais como a proibição de se aposentarem, de serem cedidos ou transferidos".

- Já encaminhei ofício ao Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado), e tenho certeza de que o ministro Bresser Pereira será sensível quanto à situação dos servidores que, demitidos no governo Collor, foram anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994 - acrescentou.

A discriminação contra os anistiados, segundo Jucá, é tão "absurda que, até nas fichas funcionais e nos contracheques, no espaço destinado ao regime jurídico do servidor, consta ANS (anistiado) e não RJU (Regime Jurídico Único)". Essa prática, na opinião do senador, demonstra que "esses servidores estão sendo discriminados, e é como se sua situação estivesse *sub judice*".

Romero Jucá pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral, que designe logo o relator do projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados. Conforme a proposição, "fica expressamente proibida aos agentes da administração federal a prática de qualquer ato de ofício que tenha por finalidade discriminar servidor anistiado".

Romero Jucá pede providências

- Tais absurdos não podem ser admitidos e, por intermédio da Mesa desta Casa, peço ao presidente da CCJ para que agilize a tramitação do projeto de lei - afirmou.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), no exercício da presidência dos trabalhos, disse que Jucá será atendido na forma regimental.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Estados e municípios poderão ser obrigados a comprovar o uso, no pagamento das dívidas, de 75% do que apurarem com a venda de suas estatais. Sem fazê-lo, perderão a autorização para contrair empréstimos

Plenário vota hoje controle sobre privatização

O plenário vota hoje projeto de resolução que obriga qualquer estado ou município a comprovar que usou 75% do dinheiro obtido com privatização no pagamento de dívidas públicas. Sem essa comprovação, o Senado não concederá autorização para qualquer operação de crédito, seja interno ou externo.

Um dos objetivos do projeto de resolução, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, é reduzir o nível de comprometimento das receitas estaduais e municipais com o pagamento de dívidas. Conforme a justificação da CAE que acompanha a proposta, o elevado endividamento estadual e municipal interfere não só na autonomia estadual, mas "na soberania da Federação como um todo".

O projeto, que teve o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) como um de seus elaboradores, recebeu várias emendas de plenário. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, indicará na sessão de hoje um senador para opinar sobre as emendas.

Ainda na sessão de hoje, os senadores apreciarão um pedido do governo federal para tomar um empréstimo de até US$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinados ao Programa de Reforma da Educação Profissional.

Na mesma sessão, o plenário analisará solicitação do governo do Rio Grande do Sul para transferir à CEF dívidas de R$ 139 milhões com vários bancos, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

Será também apreciado pedido do governo para tomar financiamento de até US$ 8,8 milhões com o Barclays Bank e o Banque Paribas, os quais serão usados no programa de reaparelhamento da Marinha.

Edison Lobão: relator do projeto vindo da Câmara

Cabral: presidente da CCJ ouve quatro ministros

Audiência sobre jogos de azar reúne quatro ministros

Quatro ministros de Estado - Iris Rezende, da Justiça, Pedro Malan, da Fazenda, Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo, e Paulo Paiva, do Trabalho - participam esta manhã de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre projeto que trata da legalização da prática de jogos de azar - cassinos e jogo do bicho. O projeto é de autoria do deputado José Fortunati e tem como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA). A reunião da CCJ será presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

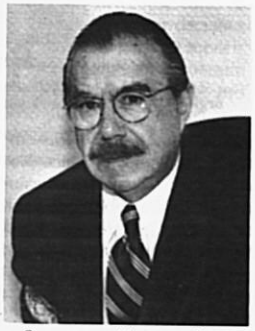
Amanhã, a comissão volta a reunir-se para apreciar uma pauta de 25 itens, entre eles o projeto de lei encaminhado pelo Executivo que trata do contrato de trabalho por prazo determinado - ao qual estão anexados um projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT), que dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas e outro do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que amplia as hipóteses e o prazo limite para o contrato temporário.

Deverá ser igualmente apreciado projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o sigilo das operações de instituições financeiras - que tramita em conjunto com outros dois projetos, um do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que trata da obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas - e outro do senador Antonio Carlos Magalhães que altera a lei do sistema financeiro e a lei que define os crimes contra o sistema financeiro para coibir os abusos verificados na utilização do direito ao sigilo bancário.

Também estão na pauta proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê um plebiscito sobre a reforma constitucional e projeto de lei do senador José Fogaça (PMDB-RS) que dispõe sobre operações de fomento mercantil - *factoring*.

Indicação de embaixadores para Paraguai, Moçambique e Síria será analisada amanhã

A Comissão de Relações Exteriores (CE) reúne-se amanhã, em sessão secreta e sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), para apreciar três mensagens do Executivo, as quais submetem à apreciação do Senado Federal os nomes de Bernardo Pericás Neto, Helder Martins de Moraes, ministros de primeira classe, e Guilherme Fausto da Cunha Bastos, ministro de segunda classe, do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil junto às República do Paraguai, República de Moçambique e República Árabe da Síria, respectivamente.



Sarney: presidente e relator

As matérias foram relatadas pelos senadores José Sarney, Benedita da Silva (PT-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Comunicação Social promove seminário

A partir das 9h de hoje, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, a Secretaria de Comunicação Social do Senado realiza seminário dirigido aos gabinetes dos senadores, em que serão apresentados os vários serviços disponíveis na área de comunicação da Casa.

O evento, que contará com a presença dos diretores da secretaria e das coordenações do *Jornal do Senado*, Agência de Notícias do Senado, TV Senado, Relações Públicas, Projetos Especiais e Técnica de Eletrônica, tem por objetivo informar detalhadamente como os serviços de comunicação podem auxiliar os gabinetes dos senadores no cumprimento de sua missão constitucional.

Logo após a abertura, o diretor da SECS, Fernando César Mesquita, discorrerá sobre a importância da comunicação social para a valorização do Legislativo e da atividade parlamentar e os serviços oferecidos pelas diversas coordenações.

Senador garante que sua posição não inviabiliza busca de solução consensual. "Todas as vezes se negociou e se encontrou denominador comum, e eu espero que se encontre também desta vez", afirma, ao defender o diálogo

ACM pensa em emenda contra elevação do IR

Antonio Carlos: ampliar limites de deduções é insuficiente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou ontem que está disposto a apresentar emenda acabando com o aumento de 10% do Imposto de Renda da Pessoa Física, caso a iniciativa não venha a ser tomada por outros parlamentares. Ele considerou insuficiente a decisão do governo de ampliar o limite de deduções.

- Toda atitude que represente uma contribuição para negociar eu acho boa; entretanto, isso não quer dizer que seja o suficiente. Eu acho que o necessário é acabar com o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física - afirmou.

RELACIONAMENTO

O senador descartou a tese apresentada por um jornalista, segundo a qual o episódio causara uma ruptura em seu relacionamento com o presidente da República.

- Esta pergunta é tão boba que nem merece resposta. Eu sou amigo do presidente Fernando Henrique, e vou ajudar o seu governo. Ele é o nosso candidato à Presidência. Conseqüentemente, a posição é de apoio a ele. Isso não significa, porém, que eu vá concordar com todas as medidas que ele deseje no Congresso - disse.

Antonio Carlos enfatizou que essa posição não inviabiliza a busca de soluções consensuais. "É claro que acredito na possibilidade de negociação. Todas as vezes se negociou e se encontrou denominador comum, e eu espero que se encontre também desta vez", declarou.

Quanto à redução, em 50%, das isenções fiscais para a Amazônia, o senador disse que se trata de medida polêmica, "mas, numa hora de sacrifício, acho que pode ser feita".

Santa Catarina reage a violência, afirma Amin

Preocupado com a violência que tem assolado nos últimos meses o estado de Santa Catarina, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) trouxe ao conhecimento do Senado carta de diversas entidades demonstrando a indignação da sociedade civil local com a escalada de crimes. Os homicídios no estado passaram do patamar de 150 por semestre para 180, os furtos de automóveis de 1.500 para 1.800, e os furtos em residências tiveram um salto de 20%, afirmou o parlamentar.

O manifesto, que faz parte da campanha "Acorda Santa Catarina", segundo o senador, tem como objetivo constituir comissões de trabalho para a busca de mecanismos que colaborem com a diminuição do "grave problema que vem ceifando a vida de inúmeros cidadãos catarinenses". A resposta a estas preocupações deverá ser dada também pelo estado, de acordo com as reivindicações dos manifestantes, que querem o resgate da credibilidade da Polícia Militar e uma política responsável que garanta a vida e a justiça, em interação com o Judiciário e o Ministério Público.

Amin citou 23 entidades locais que subscreveram o manifesto cívico, entre elas a Associação Catarinense de Medicina, OAB, Federação das Indústrias, Universidade do Sul de Santa Catarina, Câmara dos Dirigentes Lojistas e Sindicato da Indústria de Construção Civil da Grande Florianópolis.

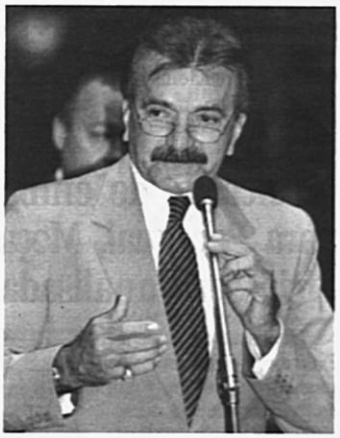
O senador acrescentou que a mobilização "exemplar" que representa a iniciativa da sociedade civil catarinense já começa a dar os primeiros resultados, com o anúncio da Polícia Militar de que aumentará o efetivo de homens na rua, na região da Grande Florianópolis, e de que criará uma central de denúncias contra a violência.

Amin: apoio às entidades

Odacir: relatório sobre *El Niño* deve orientar a ação governamental

O senador Odacir Soares (PTB-RO) elogiou o "trabalho primoroso" da Comissão Parlamentar Externa que examinou as implicações do fenômeno climático *El Niño*, levantando medidas preventivas para proteger as populações e economias das regiões sujeitas a serem atingidas. Como medida complementar aos trabalhos da comissão, Odacir Soares pediu à presidência do Senado que determine a urgente impressão em livro do relatório final e sua remessa a todos os órgãos federais, estaduais e municipais. Segundo o senador, o relatório final dessa comissão apresenta instrumentos legais destinados a ampliar e agilizar a capacidade de ação das autoridades públicas.

Odacir Soares registrou também o recebimento de um fax do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), anunciando que as conseqüências climáticas do *El Niño* serão mais preocupantes do que aquelas ocorridas em 1982/83. Segundo ele, o boletim informativo "Infoclima", editado pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), explica os descompassos climáticos provocados pelo fenômeno *El Niño* em todas as regiões do país. No entender do senador, a criação do CPTEC e a publicação desse boletim são "o resultado das lições colhidas e das providências preventivas que aprendemos a tomar, após os desastres climáticos ocorridos na década de 80".



Odacir quer remessa do relatório aos órgãos do governo

- É bom recordar que as tropelias do *El Niño*, em 1982/83, ficaram marcadas na memória brasileira pela enchente devastadora na região Sul e por uma das piores secas no Nordeste - ressaltou Odacir. Ele destacou que na região Sul os danos totais foram estimados em 780 milhões de dólares, enquanto o Nordeste teve, entre outras, perdas de 1,6 milhão de toneladas de algodão, 4 milhões de toneladas de mandioca, 3 milhões de toneladas de milho e 952 mil de toneladas de feijão.

Para o senador, "são credores de nossas homenagens e de nossos aplausos o CPTEC e a Comissão Parlamentar Externa, assim como todos os seus integrantes".

"Algo profundo precisava ser feito", constata Melo. Osmar sugere investir em setores com possibilidade de resposta imediata e Coutinho destaca capacidade de resposta do governo

Melo elogia "reação forte" do Executivo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) considerou "irretocável" a posição do governo brasileiro ao lançar o conjunto de medidas fiscais, pois, a seu ver, o país precisava mostrar ao exterior uma reação forte diante da ameaça de uma crise econômica mais profunda. "O Brasil tinha de mostrar que prosseguirá no caminho da estabilidade", disse ontem, em discurso no plenário.

Geraldo Melo está preocupado com as taxas de juros elevadas

- É possível que se discutam algumas das propostas, é inevitável que se divirja de algumas delas, mas é indiscutível, e o país inteiro reconhece isso, que algo profundo deveria ser feito. Discordo de algumas das medidas anunciadas, mas precisamos dar respaldo político ao presidente Fernando Henrique Cardoso neste momento - afirmou.

Melo manifestou também sua preocupação com a elevação da taxa de juros. Segundo o senador, é a primeira vez no país que ocorre a alta de juros sem ter relação com a economia interna, pois, como explicou, geralmente trata-se de um instrumento para incentivar ou desaquecer o mercado interno. "O governo precisará dar um grande recado ao Brasil, já que os juros altos são uma doença crônica da economia nacional", ponderou.

Em aparte, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), elogiou o pronunciamento, avaliando que o debate sobre o conjunto de medidas é salutar, à medida que o Congresso Nacional está prestes a votá-las.

Coutinho Jorge: governo adotou a decisão possível

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem que as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo federal mostram que o Brasil, apesar de algumas fragilidades, "está alerta, preparado e consciente para enfrentar uma crise, não só em nível mundial mas também em nível local", segundo ressaltou.

Ele observou que uma solução tardia, num momento como este, representaria risco para os países de economias emergentes, podendo levar à recessão, gerar convulsões sociais e abalar as instituições democráticas. "O governo tomou, se não a ideal, a decisão possível no momento", disse.

Segundo Coutinho Jorge, as medidas adotadas com o objetivo de reduzir gastos no Orçamento da União - aumento de receitas, demissão de pessoal e elevação do Imposto de Renda - podem ser questionadas na sua profundidade, mas foram "absolutamente necessárias" diante da crise das bolsas asiáticas que repercutiu no mundo inteiro.

- O mundo está mudando e é preciso que os países se unam, tomem a consciência de que é preciso tomar decisões corajosas, rever o seu conceito de economia globalizada para que uma decisão de um especulador irresponsável, que tem características amorais, porque só visa o lucro, possa parar um país - advertiu.

Coutinho assinalou que já está havendo uma tendência mundial de se criarem mecanismos para enfrentar ataques especulativos e descabidos, que podem evitar um efeito nefasto na economia mundial. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme o senador, tem afirmado que é preciso discutir esses mecanismos de defesa numa economia globalizada.

Coutinho Jorge: "governo está preparado para enfrentar crises"

O senador assinalou, ainda, que o pacote fiscal brasileiro foi elogiado por várias autoridades no mundo financeiro internacional. Lembrou que o presidente do FMI considerou que as medidas adotadas tinham o objetivo não só de salvar o Plano Real, mas de evitar a inflação e melhorar a vida dos brasileiros. Já o vice-presidente do FMI, Stanley Fischer, disse que o novo pacote servirá como uma "espécie de escudo" diante das pressões externas, e o chefe do BID, Richard Hausmann, mostrou-se impressionado com o alcance do pacote fiscal.

Coutinho Jorge destacou comentário do presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, que considerou supervalorizados os preços das ações em vários mercados mundiais, particularmente americanos, em relação ao patrimônio das empresas, destacando que, se não houvesse ocorrido a crise na Ásia, deveria haver uma correção desses valores.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que as medidas tomadas pelo governo federal sacrificam os brasileiros em R$ 20 bilhões, seja pelo imposto criado, seja pela contenção de despesas, e questionou o fato de a dívida interna estar aumentando em função do crescimento dos juros. Para Ademir, o aumento da dívida mobiliária não compensa o sacrifício dos brasileiros.

Saída é investir na produção, diz Osmar

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) propôs ontem duas medidas que, a seu ver, evitarão que o país "continue dependendo" do que ocorrer na Coréia, Hong Kong, Estados Unidos ou Europa: aumentar o crédito agrícola para ampliar a colheita da safra agrícola para 1998 e redirecionar os financiamentos do BNDES para empreendimentos com curto prazo de maturação, como os projetos agroindustriais.

Segundo o senador, essas medidas priorizam setores produtivos com grande capacidade de geração de emprego e renda, além de contribuírem para a redução do déficit da balança comercial. Na sua opinião, elas poderiam fazer parte de um acordo entre Executivo e Legislativo, de modo que o primeiro assumiria o compromisso de implementá-las, enquanto o Congresso, em contrapartida, garantiria a aprovação das reformas administrativa e tributária.

As duas propostas, conforme Osmar Dias, partem da ótica "dos que trabalham e produzem" no país, e não do ponto de vista do setor financeiro, exportador, ou dos que especulam com dólares e bolsas. Trata-se de proposições originadas daqueles que se perguntam sobre "o que pode ser feito para contribuir com o governo", assegurou.

- Não acredito que a equipe econômica confie que apenas as 51 medidas do pacote trarão os resultados esperados - acrescentou.

Osmar Dias considerou que o pacote fiscal não poderia ser postergado e que a equipe econômica que o editou é competente e merecedora do crédito que o país lhe dá. Mas, assinalou, em vez de estudar a eliminação do crédito agrícola, "que o governo tenha humildade do tamanho da coragem já demonstrada" e aumente significativamente a disponibilidade de crédito rural para a próxima safra.

Ademir Andrade informa que em duas cidades o povo depredou as estações termoelétricas, revoltado com o racionamento

Falta de energia provoca invasão de usinas no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou ontem ao plenário que os moradores das cidades de São Geraldo do Araguaia e Ulianópolis, no Pará, revoltados com o racionamento de energia elétrica, invadiram e depredaram as usinas termoelétricas dos dois municípios. "As populações já não suportam mais a falta de energia. E o governo Fernando Henrique Cardoso decidiu executar apenas pela metade o projeto do *linhão* que vai levar energia de Tucuruí para o oeste do Pará", afirmou.

Ademir Andrade disse que a Eletronorte optou por uma linha de transmissão de 250 KWa, saindo de Tucuruí. Se a empresa tivesse decidido por uma linha com capacidade para 550 KWa, conforme o senador, a energia seria suficiente para chegar a Macapá, no Amapá.

Ademir: população revoltada

Câmara de Belém é a mais recente filiada à rede Interlegis, na Internet

A comunidade virtual do Poder Legislativo - Interlegis - foi ampliada, na semana passada, com a filiação da primeira casa legislativa da Amazônia - a Câmara Municipal de Belém. Em uma iniciativa pioneira na região Norte, o presidente da Câmara, vereador Zeca Araújo, do PSDB, aceitou o convite do Senado e filiou o órgão à Interlegis, sistema que pretende integrar todas as casas legislativas do país numa rede de informações, utilizando a estrutura da Internet.

A proposta a Zeca Araújo foi feita por dois técnicos do Centro de Processamento de Dados do Senado - o Prodasen - em visita a Belém por ocasião da I Feira Pan-Amazônica do Livro, encerrada domingo. Em entrevista ao *Jornal do Senado*, o presidente da Câmara de Vereadores destacou que a Interlegis vai propiciar o intercâmbio entre o Congresso, as assembléias estaduais e as câmaras municipais, contribuindo para melhorar a qualidade do trabalho parlamentar.

Os serviços oferecidos pela Interlegis incluem o correio eletrônico, treinamento a distância, divulgação das atividades do Poder Legislativo e infraestrutura para os órgãos membros colocarem suas informações em páginas na Internet.

Já fazem parte da rede, além do Senado e da Câmara dos Deputados, treze assembléias estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e mais nove câmaras municipais, incluindo a recém-filiada Câmara de Vereadores de Belém.

Estande do Senado faz sucesso em feira de livro da Amazônia

As rádios Liberal e Cultura e os jornais *Diário do Pará* e *A Província do Pará* ressaltaram a participação do Senado na I Feira Pan-Amazônica do Livro, encerrada domingo. A TV Cultura também transmitiu imagens do estande do Senado numa reportagem sobre a feira. A maioria dos veículos divulgou o *tour* virtual pelas dependências da Casa, feito através de dois computadores na *home page* da instituição na Internet.

Chamaram, ainda, a atenção da imprensa as obras raras republicadas pela editora do Senado, vendidas a R$ 8,00, cada.

Os veículos informaram sobre os lançamentos do estande do Senado, como os livros *Relatório da CPI dos Precatórios* e *Investimento Direto Estrangeiro na Argentina e no Brasil*, que é parte de uma coleção sobre o Mercosul e tem texto em português e espanhol.

Já a colunista do *Diário do Pará* Alda Dantas registrou a visita ao estande do Senado do presidente da Funarte, o escritor amazonense Márcio de Souza, patrono do I Fórum Pan-Amazônico de Cultura, Educação e Meio Ambiente, que incluiu a feira de livros, debates e apresentações culturais. A coluna de Alda também destacou a distribuição gratuita, pelo estande da Casa, dos livros com as biografias dos senadores do Pará, do Amazonas e dos outros estados da região Norte.

Além da receptividade da imprensa, o estande do Senado contou com a aceitação do público, que adquiriu as publicações da editora da instituição, assistiu a vídeos produzidos pela TV Senado, pesquisou e pediu assinatura do *Jornal do Senado* através do serviço "Fala Cidadão", disponível na *home page* da Casa na Internet.

PERFIL

Sebastião Rocha

Um médico voltado para a causa pública

Líder do PDT no Senado, o médico e senador Sebastião Rocha (AP) é irredutível na defesa das questões sociais, sobretudo na defesa dos povos indígenas e dos direitos da pessoa humana. A região amazônica, e em especial o estado do Amapá, também estão entre as preocupações principais do parlamentar.

De seu trabalho no Senado, destaca-se o empenho por uma solução definitiva para a questão energética do Vale do Jari, com a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio. Sebastião Rocha também tem lutado no sentido de viabilizar a Hidrovia do Marajó, com a interligação das bacias de Anajás e Atuá, providência que encurtaria o deslocamento entre Macapá e Belém em mais de duzentos quilômetros. A luta pela pavimentação completa da BR-156, que liga Macapá à Venezuela, é outra marca da atuação parlamentar do senador.

Formado em medicina pela Universidade do Pará, Sebastião Rocha especializou-se em ginecologia e obstetrícia em São Paulo. Em 87, voltou ao Amapá, iniciando uma trajetória dedicada à causa pública. Como secretário municipal de Saúde de Santana e, depois,

como presidente da Associação Médica do Amapá, ficaram evidentes sua vocação para a política e suas qualidades de líder.

Foi deputado estadual constituinte (1991-1994) e seu desempenho destacado garantiu o sucesso na eleição para o Senado, em 94, quando tinha apenas 36 anos. Um dos senadores mais jovens do Parlamento brasileiro, Sebastião Rocha recebeu, recentemente, o prêmio Cenadem (Centro Nacional de Desenvolvimento e Gerenciamento de Informação), pela autoria do projeto que autoriza o arquivamento em meio eletrônico de documentos de empresas públicas e privadas. Já aprovado pelo Senado, o projeto estabelece que as reproduções desses documentos, desde que legíveis e fiéis aos registros originais, têm valor de prova.

Vice-líder do Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS), Sebastião Rocha é membro das comissões de Assuntos Sociais e de Educação e membro suplente das comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça.

Nestes quase três anos de mandato, o senador apresentou 17 projetos de lei e cinco propostas de emenda à Constituição. Esteve também em missões oficiais na China e na França, sendo que em 95 foi agraciado pela Associação Brasileira de Criminalística com o "Diploma do Mérito Criminalístico".

A morte de um operário foi lamentada por Eduardo Suplicy, que esteve no local, mas não conseguiu permissão da empresa para vistoria

Explosão mata e pode poluir ar em São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem a morte do operário Donizete Pereira da Silva, 40 anos, no último sábado, em decorrência de explosão ocorrida na Companhia Nitroquímica Brasileira, no bairro de São Miguel Paulista. Além de lamentar a morte, o senador considerou da maior importância que a empresa esclareça se a poluição do ar decorrente da explosão prejudicará a população do bairro.

Suplicy também leu documento do Sindicato dos Químicos Plásticos, segundo o qual de um ano para cá a direção da Nitroquímica vinha reduzindo custos e negligenciando questões como segurança, qualidade dos produtos e danos ao meio ambiente. Na leitura, ele destacou que

Suplicy: fiscal não pôde visitar o local

um claro exemplo de descaso com a segurança consistia na "substituição de parafusos por fita isolante para conter vazamento de ácidos".

Ele disse que foi chamado ao local da explosão na tarde de sábado, ocasião em que a fiscal da Delegacia Regional do Trabalho ainda não tinha sido autorizada a entrar na fábrica. A alegação da empresa era a de que havia risco de novas explosões, embora tenha sido anteriormente autorizada a entrada, no local, de técnicos do IML, do distrito policial e do corpo de bombeiros.

Eduardo Suplicy contou que Donizete migrou da Paraíba para São Paulo em 1978 e há 15 anos trabalhava na Nitroquímica, onde recebia um salário de R$1 mil 200. O operário trabalhava de 10h da noite às 6h da manhã e vinha se esforçando para construir uma casa num terreno comprado com sacrifício. Conforme informações da empresa, narrou Suplicy, o empregado estava protegido por seguro de vida e sua família deverá receber assistência.

Suplicy endossa pedido da OAB para apurar enforcamento suspeito

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou ontem pedido da Ordem dos Advogados do Brasil no Amazonas para que a Polícia Federal (PF) investigue a morte do sem-terra Elizeu Oliveira da Silva, de 28 anos, encontrado enforcado na última quarta-feira na delegacia de Apuí, naquele estado. Conforme informou, o presidente da OAB amazonense, Alberto Simonetti, fez essa solicitação ontem à Procuradoria da República.

De acordo com o senador, Simonetti quer ainda que legistas da Unicamp auxiliem a PF a apurar a suspeita de que o agricultor foi torturado antes de morrer. Segundo Suplicy, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apuí e os parentes da vítima recorreram à Comissão Pastoral da Terra do Amazonas para que o corpo de Elizeu da Silva fosse submetido ao IML de Manaus, pois o auto de exame foi feito apenas pela Secretaria de Segurança do estado.

Patrocínio elogia embaixada por prisão na Costa Rica

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) cumprimentou ontem a embaixada do Brasil na Costa Rica e elogiou o trabalho da representação brasileira nos Estados Unidos, assim como a Justiça da Flórida, pelo eficiente trabalho de perseguição a Jorgina de Freitas, a fraudadora do INSS, acusada de desviar R$ 112 milhões e fugir para o exterior, onde agora se encontra presa.

Patrocínio também defendeu projeto de sua autoria prevendo o ressarcimento aos cofres públicos dos gastos efetuados pelo Estado com presidiários em condições financeiras de arcar com suas despesas, principalmente aqueles que ocupam prisões especiais. Ele pediu que o Senado acelere a tramitação dessa matéria, que, em sua opinião, "anda muito lenta".

Comentando seu projeto, Carlos Patrocínio disse que um jornal chegou a afirmar que seria impossível fazer esse ressarcimento ao Estado, em razão do fato de que, no Brasil, os criminosos de colarinho branco nunca são presos. Ao fazer essa observação, o senador afirmou que a prisão de Jorgina de Freitas significa um avanço, assim como a do engenheiro catarinense que acaba de ser extraditado para o Brasil, acusado de desviar recursos destinados à construção de uma ponte em Santa Catarina.

Ele elogiou também a ação contra o especulador Nagi Nahas, dizendo esperar que esse acusado tenha o mesmo destino de Jorgina. Disse que, por peculiaridades da lei da Costa Rica, Jorgina talvez ainda demore a ser extraditada para o Brasil, mas ressalvou que isso não obscurece "o excelente trabalho do embaixador João Carlos Gomes", que representa o Brasil naquele país.

Patrocínio: surpresa ao voltar

- Quando estive na Costa Rica, procurei o embaixador João Carlos Gomes e fiz ver a necessidade da prisão de Jorgina. Fiquei surpreso ao saber que a Polícia Federal estava no encalço daquela senhora, com o auxílio do governo da Costa Rica. Quando voltei para o Brasil, vi que ela já estava nas mãos da Justiça. Esses são fatos muito significativos e por isso envio daqui meus cumprimentos - assinalou.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o diretor Augusto Cézar de Athayde sobre os 88 anos de existência do Instituto Nacional de Meteorologia (inédito)
7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)
7h40 - "Senado em Pauta"
8h - Debate com o senador Lauro Campos (PT-DF) e Fernando Rezende (Ipea) sobre as perspectivas do mercado de trabalho no Brasil (reapresentação)
9h - I Conferência Nacional sobre Segurança Pública (vivo)
14h30 - Sessão plenária (vivo)
Logo após - Audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça sobre a legalização do jogo, com a presença de vários ministros de Estado (gravado)
20h30 - "Congresso Hoje"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Resumo da semana
1h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e Fernando Rezende (Ipea) sobre mercado de trabalho futuro (reapresentação)
2h - "Jornal da Amazônia"
2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
7h40 - Música e informação
9h - Palestra de abertura da 1ª Conferência Nacional sobre Segurança Pública
Em seguida - Música e informação
10h - Comissão de Constituição e Justiça - audiência pública sobre a legalização da prática de jogos de azar
Em seguida - Música e informação
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
13h45 - Música e informação
Em seguida - Música e informação
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
20h - Música e informação
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
22h45 - Música e informação
0h - Retransmissão da sessão plenária
4h - Música e informação até as 7h30

Exame médico bienal de servidor está na Câmara

Está na Câmara dos Deputados projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que obriga a administração pública a submeter o servidor civil federal a exames médicos periódicos. O projeto foi apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que acolheu parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Campos: juntas médicas oficiais

De acordo com a proposição, todo funcionário público federal deverá ser submetido a avaliação médica, por junta oficial, a cada dois anos de efetivo exercício. A realização dos exames, sua especificação e resultado deverão ser anotados na ficha funcional do servidor. O projeto obriga ainda a União a submeter o servidor a tratamento médico próprio, caso sua enfermidade seja curável.

Campos lembra, na justificação da proposta, que a lei atual considera como requisito básico para a investidura em cargo público a aptidão física e mental do candidato, só podendo ser empossado após inspeção médica oficial. Para o senador, no entanto, esse sistema é falho porque não prevê formas de acompanhamento das condições de saúde do servidor após sua posse.

Na opinião do relator, "ao prever a realização de avaliação médica bienal, pelas juntas médicas oficiais, a proposição fornece à administração um valioso elemento de mensuração das condições físicas e psíquicas dos homens e mulheres a seu serviço, acompanhando de perto a variação nesses fatores e podendo, cautelarmente, adotar as providências que se fizerem necessárias, sem que o próprio serviço público seja vitimado pelo comprometimento dos servidores que o compõem".

Projeto de Fernando Bezerra vai à Câmara enquadrando os classistas como autônomos, para efeito de Previdência Social

Juiz classista perde aposentadoria especial

O projeto de lei do Senado que enquadra os juízes classistas temporários, como segurados, no Regime Geral da Previdência Social foi enviado à apreciação da Câmara dos Deputados. A proposição, de autoria do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), recebeu aprovação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nos termos de parecer do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). A medida revoga o regime especial de aposentadoria dos juízes classistas temporários, que hoje é garantido pela Lei nº 6.903.

Bezerra: classista sem privilégio

Com a extinção do regime especial, os juízes classistas serão equiparados aos trabalhadores autônomos, tornando-se segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social. A proposta também assegura aos suplentes de juízes classistas a possibilidade de filiação, na qualidade de segurado facultativo, ao regime da Previdência.

Fernando Bezerra explica, na justificação da matéria, que os juízes classistas, nos termos da Constituição vigente, não se submetem às normas gerais do Estatuto da Magistratura. Segundo o senador, eles assumem o cargo sem a aprovação em concurso público e não se sujeitam aos princípios rígidos que regem a carreira dos magistrados e, por isso, "a concessão de aposentadorias especiais a estes representantes classistas representa uma prerrogativa incompatível com a natureza da função ocupada".

- A Lei nº 6.903 veio estabelecer normas que privilegiam esses juízes temporários, concedendo-lhes direitos semelhantes aos dos juízes togados e vitalícios. Desconheceram-se, dessa forma, as diferentes funções, competências e responsabilidades que fazem com que togados e temporários pouco tenham em comum, no que diz respeito à atividade jurisdicional - acrescentou Fernando Bezerra.

Hospital será responsável por erro ou negligência

Foi enviado ao exame da Câmara dos Deputados projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que estabelece punição administrativa para os responsáveis por hospitais e similares, públicos ou privados, por atos que resultem em lesão física, psíquica ou moral, desaparecimento ou morte de paciente, a qualquer título.

Suassuna: punição exemplar

O projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), cujo relator, senador José Alves (PFL-SE), adotou o substitutivo que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) havia apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a matéria tramitou anteriormente. Conforme o substitutivo, a responsabilização administrativa implicará a perda de cargo, emprego ou função pública, com inabilitação para retorno a uma dessas atividades por prazo de dois a 10 anos. O projeto aprovado pela CAS determina que as instituições punidas serão declaradas inidôneas para contratar ou manter convênio com o SUS, ficando impedidas de receber dotação, subvenção ou empréstimo à conta de recursos públicos por dez anos, a contar de cada ocorrência.

Doente de câncer poderá usar drogas contra a dor

Aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, já foi enviado à apreciação da Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite tratamento privilegiado e gratuito, por meio de medicamentos entorpecentes, aos pacientes com dores intensas e constantes provocadas pelo câncer.

Osmar: medicação gratuita

De acordo com a proposição, esses pacientes serão cadastrados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em programa especial de controle da dor oncológica. As manifestações dolorosas deverão ser comprovadas mediante laudo médico.

O projeto relaciona as drogas morfina, petidina, codeína, tramanol, buprenofina, naloxone e outros medicamentos e formas que venham a ser regulamentadas pelo governo como integrantes do programa.

- Nos países desenvolvidos, cerca de quatro milhões de pessoas sofrem diariamente de dores induzidas por câncer, o que serve para se aquilatar a magnitude do problema. Dores essas sempre muito intensas. Além disso, o câncer, nesse estágio, onde existe forte dor, pode ser considerado praticamente incurável. Portanto, negar-se o alívio da dor excruciante a um paciente intratável ou terminal é, no mínimo, irracional, desumano e covarde - argumenta Osmar Dias na justificação da matéria.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Coutinho Jorge e Carlos Patrocínio